

### 3

## A Queda de João Goulart e o fim da democracia

### 3.1

#### A Bandeira das Reformas: o Presidente, suas vítimas e seus Opositores

Em março de 1964 a radicalização dos brados por reformas e a crescente mobilização dos grupos políticos à esquerda simpáticos ao presidente João Goulart representou, em contrapartida, nas páginas dos jornais, uma cruzada pela posse da bandeira das reformas e da defesa da democracia e o aumento do temor anticomunista – antes, os comunistas eram vistos como um perigo efetivo apenas por alguns. Diante de seu isolamento político em fins de 1963 Jango não poderia prescindir do apoio dos grupos extra-parlamentares na consecução das reformas de base, sua maior bandeira política. Os jornais analisados, que em fins de 1963 já cobravam de Jango um posicionamento claro em relação a tais grupos, não aceitariam uma guinada à esquerda do presidente. Este capítulo procura demonstrar como os jornais, neste momento, tomaram posse da bandeira das reformas e da defesa do regime democrático e agiram no sentido de justificar a intervenção militar em um governo ilegal. Procura discutir, também, a teoria democrática construída nos jornais ao longo do governo de Jango que enfatizava aspectos morais em detrimento de aspectos políticos, que contribuiu para o desfecho dado pelos militares na aprovação do Ato Institucional Nº 1.

No dia 9 de março, o *Jornal do Brasil* ataca o presidente e afirma que seus propósitos reformistas não passam de mistificação com o intuito de utilizar as legítimas reivindicações sociais para obter resultados políticos personalistas. Jango não havia aprovado a emenda de Aniz Badra, deputado do PDC, sobre a Reforma Agrária causando a revolta do jornal e a crítica de suas intenções reformadoras. O jornal, então, conclama os partidos, inclusive o PTB, a se revoltar contra o “caudilhismo” de João Goulart. “Esta é a hora da rebelião no PTB autenticamente reformista contra o caudilhismo anti-reformista”.<sup>1</sup> No apelo

---

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 8-9 de março de 1964, p. 3.

ao partido do presidente são evocados os reformistas “autênticos” contra o caudilhismo anti-reformista de João Goulart.

Segundo o jornal, esta também seria “a hora do PSD, moderador do regime, salvar o regime mostrando que ser conservador não é ser reacionário”.<sup>2</sup> O PSD, que aparece como moderador do regime por seu centrismo político, é convocado a manter a estabilidade democrática e salvar o regime. Jango é isolado dos partidos políticos. Aos partidos políticos caberia salvar o regime do “caudilho”. Esta seria a hora de aprovar as reformas “politicamente viáveis na sistemática da democracia representativa”,<sup>3</sup> ou seja, através do Congresso. “A única reforma pretendida pelo caudilho é aquela que prorrogará seu mandato”.<sup>4</sup> Desta maneira, antes mesmo do Comício pelas Reformas, que aconteceria quatro dias depois, Jango era caracterizado como um “caudilho” anti-reformista que utilizava a bandeira das reformas em prol de sua permanência no poder.

Neste mesmo dia, anunciaria em cadeia nacional de rádio e televisão, um plano de saneamento financeiro que visava à contenção da inflação e ao reescalonamento da dívida externa. O presidente bem que tentou pronunciar-se sobre os valores cobrados pelos jornais, mas sem sucesso. Entre seus objetivos estava a tentativa de amenizar o clima de intranquilidade que estaria sendo amplamente explorado por grupos políticos e especialmente por alguns setores da imprensa em virtude da proximidade do Comício. Frente à conspiração, outra conspiração orientada para o restabelecimento da ordem admitia-se. Diversos jornais festejaram o tom sereno e moderado do discurso do presidente. O jornal *O Globo* chega a afirmar que,

O Sr. João Goulart que está sendo bem assessorado em matéria financeira, não o está no caminho político, pois não foi, certamente, bom o conselho que o levou a aceitar o convite do CGT para falar no palanque erguido à sombra do Ministério da Guerra.<sup>5</sup>

O jornal lamenta o comparecimento do presidente no evento organizado pelo CGT e deixa clara sua postura crítica em relação à maneira pela qual Jango vai falar ao povo brasileiro. Para o jornal os palanques de comícios não seriam os locais apropriados para um presidente discursar ao país. Além disto, ao emprestar

<sup>2</sup> *Jornal do Brasil*, 8-9 de março de 1964, p. 3.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> *O Globo*, 11 de março de 1964, p. 1.

sua autoridade a grupos ilegais, em manifestações ilegais, comprometendo inclusive as Forças Armadas, que lá estariam para protegê-lo, o presidente afastava as possibilidades de colaboração da maioria dos parlamentares para seus projetos de reforma.<sup>6</sup> Apesar disto, João Goulart afirmou que continuava a “assistir à deformação de seus elevados propósitos reformistas, quando todos sabem de seu empenho em resguardar a paz da família brasileira e os valores democráticos, sendo fiel às tradições cristãs de povo”.<sup>7</sup> O jornal confirma que o presidente

Tem manifestado, seguidamente, estes propósitos e intenções, mas de que adianta fazê-lo, verbalmente, se depois se deixa levar aos comícios em que os mais notórios agitadores pregam a subversão e a violência, atacam o Poder Legislativo e injuriam as instituições democráticas?<sup>8</sup>

O posicionamento cobrado significava concretamente seguir o caminho político do centro, afastado dos radicais. Significava agir de acordo com os postulados dos jornais e de grupos conservadores. Para o jornal, ao presidente não bastava afirmar seu *empenho* em resguardar estes postulados. Para além de pronunciar-se em favor da família, dos valores democráticos e das tradições cristãs, o presidente deveria renunciar ao apoio de suas bases eleitorais extra-parlamentares e concorrer para a discussão das reformas – moderadas – através do Congresso e nos marcos da democracia representativa. Os jornais concordavam que as modificações na estrutura sócio-econômica deveriam ser implementadas através do Congresso, portanto, por via democrática. O Comício pelas Reformas segundo os jornais seria uma maneira de deslocar a discussão do âmbito parlamentar para a praça pública e subverter a ordem do regime representativo. O *Correio da Manhã* afirma que:

O Congresso é o corpo político por excelência do país e o único foro competente para discussão séria e a solução definitiva dos grandes problemas nacionais. Mas dos dois lados, da esquerda e da direita, pretendem arrancar do Congresso esta sua maior prerrogativa (...) só os golpistas irresponsáveis, inspirados por péssimas intenções, chegariam nesta hora a atacar o Congresso (...) Do Congresso depende o atendimento das reivindicações e reclamos da Nação por meios legais, sem perturbação da ordem jurídica. (...) Ele deve assumir a liderança da política

<sup>6</sup> *O Globo*, 11 de março de 1964, p. 1.

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> *Ibid.*

nacional. Não pode abdicar deste dever, ou melhor, deste encargo que lhe deu o povo.<sup>9</sup>

A liderança da política pelo Congresso era caracterizada como uma obrigação que lhe foi conferida pelo povo. Retirar-lhe esta prerrogativa de decisão sobre os problemas nacionais seria obra do golpismo de extremistas. Mais uma vez os grupos posicionados à esquerda e à direita do espectro político eram taxados de golpistas em potencial restando ao centro político manter a estabilidade, a moderação e a salvaguarda do regime. O centro político por diversas vezes neste idioma político dos jornais esteve vinculado à lei. O *Correio da Manhã* afirmaria em outro editorial que “os radicais da direita e da esquerda não sensibilizam as grandes massas da população brasileira”.<sup>10</sup> Era comum nos jornais a afirmação de que os radicais, não “seduziriam o povo”, que era de centro e legalista. O jornal enfatiza a importância do Congresso dentro do regime representativo. Esta centralidade era evocada desde a posse de Jango em 1961.

As reformas, que agora passariam a ser defendidas e reivindicadas com mais ênfase pela oposição, eram tidas como essenciais ao desenvolvimento da nação, mas deveriam processar-se pacificamente. Para além do projeto e da natureza das reformas, o fundamental era que os trâmites do Congresso fossem respeitados e se seguisse a orientação do centro político, distante dos extremistas e radicais. Da mesma forma, o *Correio da Manhã* acreditava que seu posicionamento ao lado da lei, *acima de tudo*, asseguraria a contenção do crescimento da radicalização política.

Para o *Diário de Notícias* a radicalização política era proveniente do uso da bandeira das reformas com propósitos escusos, e esta radicalização oferecia riscos à democracia brasileira. “Não é mais possível fechar os olhos para os riscos que corre o país e, em particular o regime democrático, com a crescente radicalização política que vai abrangendo todos os setores da vida nacional”.<sup>11</sup> Segundo o jornal criava-se, intencionalmente, um clima de tensão e ameaça à legalidade que se somava à diluição da autoridade do governo federal e ao aguçamento das paixões. Desta maneira, as reformas preconizadas por João Goulart e seus aliados perdiam

---

<sup>9</sup> *Correio da Manhã*, 10 de março de 1964, p. 6.

<sup>10</sup> *Correio da Manhã*, 11 de março de 1964, p. 6.

<sup>11</sup> *Diário de Notícias*, 12 de março de 1964 p. 4.

o caráter legal e razoável, contribuindo apenas para a subversão da ordem democrática e da agitação sem intenções verdadeiramente reformistas.

Fala-se então, como numa camuflagem, em reformas de base. Mas como não são estas, de fato, que movem a agitação, cuida-se logo de subordiná-las a uma imperiosa necessidade de reforma da constituição e de legalização do partido comunista. A nação no que tem de mais consciente e responsável, opõe obstáculos a consecução deste projeto.<sup>12</sup>

Jango estaria interessado apenas em reformar a Constituição em proveito de sua permanência no poder e da legalização do Partido Comunista. Estaria em curso uma conspiração contra o regime. Ainda neste trecho, o *Diário de Notícias* lança mão de um argumento muito utilizado neste momento pelos jornais para caracterizar a oposição ao presidente e suas reformas. A posse da consciência, da responsabilidade e da racionalidade, caracterizaria os opositores da crescente subversão da ordem e da agitação. A Nação consciente posicionava-se contra o presidente e não se deixava enganar frente à demagogia e à conspiração. O clima criado pelos “agitadores” buscava levar a população a

Confundir esta resistência às distorções políticas e institucionais, a uma reação ao desenvolvimento do país e ao atendimento dos reclamos de justiça social lançados com aflição pelas camadas mais desfavorecidas da população. Sofrem as classes produtoras, diretamente o desafio dessa provocação.<sup>13</sup>

O jornal procurava garantir que os opositores de Jango não fossem taxados de não desejar as reformas ou serem reacionários. Era necessário neutralizar as críticas feitas pelos grupos de esquerda que acusavam os conservadores de defender a manutenção dos privilégios e o impedimento do progresso e do desenvolvimento. Obtiveram sucesso em dissociar o conservadorismo de simples reacionarismo<sup>14</sup> não interessado em modificações estruturais.

Em *Reformas contra Reformas*,<sup>15</sup> publicada em 1963, no calor das discussões sobre as reformas, Wanderley Guilherme dos Santos alertava aos progressistas que a tese de que os setores “reacionários” não desejariam as

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 12 de março de 1964 p. 4.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> Aqui, refiro-me à diferença entre o conservadorismo e o tradicionalismo apresentada por Karl Mannheim, na qual o autor estabelece que o “comportamento tradicionalista é quase que totalmente reativo. O comportamento conservador é significativo, e é ainda mais significativo em relação às circunstâncias que mudam de época pra época”. MANNHEIM, K. *O Pensamento Conservador*. In: José de Souza Martins. *Introdução Crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec. 1986, p. 105.

<sup>15</sup> SANTOS, W. G. dos. *Reformas Contra Reformas*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

reformas e apenas os setores progressistas as desejavam, era falsa. Segundo o autor, a “necessidade das reformas, antes de ser uma questão de vontade dos grupos sociais, é uma imposição do desenvolvimento objetivo dos fenômenos econômicos e sociais”.<sup>16</sup> O autor identifica nos grupos à esquerda uma postura “romântica”, expectadora de que se realizassem as “verdadeiras” reformas. Prossegue alertando que,

Enquanto assim se perdem dirigentes pequeno-burgueses, em acadêmicas disputas sobre quais seriam as “verdadeiras” e quais seriam as “falsas” reformas, sucedem-se os acordos entre as cúpulas conservadoras e reformas **de uma certa natureza** vão sendo ensaiadas, independentemente de que os políticos professores considerem-nas ou não “verdadeiras”.<sup>17</sup>

As reformas, que diferenciavam-se por seu caráter progressista ou reacionário, deveriam ser discutidas através de sua natureza e amplitude, não pela vontade de realizá-las dos adversários. O autor salienta que, para a expansão industrial e o aumento da produção agrária, diversas alternativas programáticas se abriam. Criticava, desta maneira, a estratégia que encaminhava o debate sobre as reformas sob os aspectos morais ou que procuravam excluir da agenda propostas de grupos políticos “negativos”.

Pode-se considerar que dentro de um contexto lingüístico marcado pela lógica dual, os jornais valeram-se de estruturas argumentativas semelhantes às esquerdas apontadas por Wanderley Guilherme dos Santos. Jango e seus aliados não seriam defensores dos “verdadeiros” desejos e aspirações do povo brasileiro. “Camuflados” em sua bandeira de reformas agiam por interesses personalistas subversivos opostos ao regime. Ainda que sob o aspecto político do regime representativo suas reformas fossem acusadas de ilegais, aspectos de ordem moral eram evocados neste debate. Era preciso apresentar, frente à bandeira das reformas de João Goulart, uma alternativa reformista *verdadeiramente* democrática, eficaz e razoável para o desenvolvimento da Nação.

Seguindo esta estratégia, o *Diário de Notícias* menciona um manifesto publicado por um grupo *representativo* de empresários após um encontro na Associação Comercial do Rio de Janeiro. A “Mensagem ao povo brasileiro” era apresentada como a resposta das classes produtoras ao sofrimento e ao desafio da

<sup>16</sup> SANTOS, W. G. dos. *Reformas Contra Reformas*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

<sup>17</sup> *Ibid*, p. 21. Grifos do autor.

agitação, e daria conta de “colocar o país a par das maquinações que se processam contra o regime e contra as liberdades fundamentais”. Desta forma,

Vêm agora, estas vozes representativas de várias partes do território nacional, em seu manifesto, definir a sua exata posição em relação a essas reformas e dizer que não está defendendo privilégios e sim a integridade do regime democrático que reclama a execução de reformas de base, não como forma de subversão da ordem constituída, mas como processo legal de ajustamento da atual estrutura econômica aos anseios de desenvolvimento de justiça social do povo brasileiro.<sup>18</sup>

O manifesto também será comentado pela *Tribuna da Imprensa*, que afirma se tratar de uma mensagem na qual as classes produtoras se propunham a desfazer as “intrigas do Sr. João Goulart” manifestando uma posição reformista, progressista, sem se desviar, contudo, do caminho da legalidade democrática. Neste sentido, criava-se a oposição das propostas janguistas, falaciosas e causadoras de intrigas e mistificações, para com as propostas das classes produtoras, eficazes e cômicas, pautadas na legalidade democrática. Apagava-se também, por outro lado, as clivagens temporais – da natureza e amplitude – entre os programas de reformas. O projeto reformista dos opositores ao presidente e seus aliados era apresentado como progressista afastando as acusações de reacionarismo e retrocesso. As reformas defendidas pelas classes produtoras mencionadas na mensagem também realizariam as modificações necessárias das estruturas “caducas”. O jornal menciona que:

Em seu manifesto, as classes produtoras defendem a manutenção da legalidade democrática (...) sabem perfeitamente que a legalidade é condição indispensável no encaminhamento e execução das reformas. Isto é, só a democracia, possibilitando a substituição dos demagogos e incapazes pelos governantes cômicos de seus deveres e responsabilidades, poderá promover a modificação das estruturas caducas.<sup>19</sup>

Tanto o *Diário de Notícias* quanto a *Tribuna de Imprensa*, além de apresentarem a mensagem deste grupo como a voz uníssona das classes produtoras nacionais, procuram colocá-la ao lado da democracia, do progresso, da Constituição e da legalidade. Constrói-se assim, um quadro no qual o presidente João Goulart e o governo estariam em oposição a estes princípios, em especial à legalidade e à Constituição. Invertem-se as críticas feitas aos conservadores

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 12 de março de 1964, p. 4.

<sup>19</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12 de março de 1964, p. 1.

mencionadas por Wanderley Guilherme dos Santos. As reformas eram realmente desejadas pela Nação, o presidente e seus aliados apenas conspiravam contra o regime. A Nação consciente e democrática, por sua vez, estaria contra o presidente. O caminho para a realização das reformas era reivindicado pelos conservadores. Sob a acusação de pretender ultrapassar os limites constitucionais entre os Poderes da República ao requerer poderes constituintes, o presidente é atacado pelo *Jornal do Brasil*, pois,

Como chefe do governo que administra o País, tem o evidente direito de fazer o diagnóstico da crise brasileira e de propor os remédios que lhe pareçam os mais adequados, desde que não queira transpor os limites constitucionais. O que se lhe nega é a veleidade de possuir as fórmulas da terapêutica absoluta e de ser o único doutor à cabeceira do enfermo.<sup>20</sup>

O bloco opositor ao presidente João Goulart entra de vez na batalha pela bandeira das reformas. E entra nesta luta alegando que a diferença básica entre as suas reformas e as “supostas” reformas de Jango, estava representada no caráter democrático e legal destas medidas. As reformas de João Goulart não passavam de mistificações utilizadas com o fim de derrubar o regime democrático. Para a realização das reformas dos conservadores, não haveria necessidade de modificar a Constituição de maneira a subverter o regime político. A partir de agora o presidente não seria o único a possuir a “terapêutica” e as “fórmulas” para a crise brasileira. Pelo contrário, os jornais demonstram que os caminhos apontados por Jango não passariam de mistificação demagógica para a derrocada do regime, enquanto a bandeira das reformas democráticas, pela via legal do Congresso, estaria de acordo com as *verdadeiras* aspirações do povo e com o destino da Nação.

A parcela menos favorecida da população brasileira, ao longo do governo de João Goulart, é por diversas vezes apresentada pelos jornais como uma vítima frágil da demagogia dos políticos corruptos. Os demagogos, através da manipulação e da mistificação, estariam apenas interessados em obter resultados eleitorais sobre os menos favorecidos. Esta parcela da população, aflita, clamava pelas reformas e por justiça social. Dentro deste idioma político a qualidade que a justiça social possuía esteve vinculada ao universo econômico da necessidade e

---

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1964, p. 3.

não da ação política.<sup>21</sup> A justiça social, caracterizada pelo acesso à educação, saúde, moradia e trabalho, por exemplo, chegaria à parcela menos favorecida da população através do processo de desenvolvimento econômico e não da negociação política. No processo político esta parcela seria apenas vítima da demagogia. O desenvolvimento econômico, entendido numa lógica histórico-filosófica traria a justiça social de maneira gradual e pacífica. Segundo o *Jornal do Brasil*, Jango estaria disposto a reformar a Constituição a fim de implantar no país *outra* ordem social e econômica.<sup>22</sup> Em seu discurso, o presidente contraria a concepção dos jornais e enfatiza que a ordem social e econômica vitimava a parcela menos favorecida da população. Diante disso, havia a necessidade de modificá-la com reformas.

O *Jornal do Brasil* afirma que todo o país é reformista, e, contrário ao modo pelo qual o presidente encara as reformas. A Nação desejava as reformas jurídicas que ajudariam o desenvolvimento econômico e a distribuição justa. Desta maneira, desejava a elevação dos níveis de vida dentro da ordem econômica e social em que vivem. A mesma ordem que proporcionou, “até o primeiro ano nefasto de presidencialismo sob o Sr. João Goulart, uma das maiores taxas de desenvolvimento e de renda per capita do mundo”.<sup>23</sup> Esta ordem só parou de render os frutos possíveis a partir da guerra imposta pelo próprio presidente e de sua ineficácia econômica. Conclui o jornal:

As causas da crise não devem, portanto, ser encontradas na ordem social e econômica. Devem ser e serão encontradas na campanha política subversiva e personalista do Presidente da República contra a ordem vigente. Nessa campanha, agora no auge, está a causa de todos os males que nos afligem no momento.

Diante disso e da lança plantada à entrada do Congresso, este deve reagir sem medo, mas com inteligência. Isto é: em consonância com a verdadeira vontade reformista do povo brasileiro, tal como ela [ilegível] a ordem não significa

<sup>21</sup> Considero que havia, nas páginas dos jornais, uma divisão estabelecida entre a economia e a política que muito se assemelhava à divisão entre o domínio do *oikos* e da *polis*. No entanto, seus respectivos integrantes estariam alocados de acordo, não com sua “liberdade” para tomar decisões na ágora, mas por sua racionalidade e conseqüente preparo. Aos trabalhadores caberia trabalhar, como um *dever* orientado para o progresso da Nação, bem como um *direito* de acesso à renda nacional e à justiça. À elite política, representante da população, caberia o *direito* de deliberar politicamente e o *dever* de dirigir o processo de desenvolvimento e emancipação política e econômica. Neste sentido, o direito à deliberação política estaria limitado aos políticos detentores de bom senso e racionalidade, cabendo aos demais cidadãos formar governos e esperar que o processo econômico *agisse* em direção à justiça social.

<sup>22</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1964, p. 3. Grifos do jornal.

<sup>23</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1964 p. 6.

substituí-la, significa mantê-la, revigorando-a através das reformas no sistema jurídico aconselháveis para o fim do progresso e da justiça social.<sup>24</sup>

As reivindicações dos grupos à esquerda pelo voto dos analfabetos, aspecto desvinculado das necessidades econômicas, era negado veementemente pelos conservadores sob o argumento da incapacidade destes indivíduos decidirem os rumos políticos da Nação. Seriam incapazes de agir politicamente com *bom senso* e restava-lhes esperar a obra do desenvolvimento econômico. A parcela subalterna da população é proposta, neste sentido, como ativa economicamente, e passiva politicamente.

Caso o voto fosse franqueado aos analfabetos, os jornais acreditavam que os políticos demagogos levariam vantagem no pleito pela obra da mistificação e do engodo político. Alertavam que esta medida, disfarçada de reforma, seria nada mais do que uma manobra eleitoreira. Segundo o *Diário de Notícias*, o analfabeto seria “presa inerte para mistificadores e demagogos, verdadeiros estelionatários políticos, que facilmente o ludibriarão e o porão a serviço de seus interesses pessoais. Precisa ser protegido”.<sup>25</sup> O jornal cita João Goulart entre os defensores do voto do analfabeto e critica os políticos que se apóiam nas “massas apenas semi-alfabetizadas”. Esta postura tornava a ação política de João Goulart ilegítima. Denunciam que esta medida serviria para aumentar “seus currais eleitorais” em busca de uma vitória fácil no pleito. Cabia à parcela consciente e responsável da Nação proteger esta parcela da população dos mistificadores.

Esta perspectiva abre a possibilidade para a discussão da representação feita pelos jornais dos políticos que mantinham em suas bandeiras a atenção às necessidades econômicas das parcelas menos favorecidas da sociedade. Aqueles políticos que além de se apoiarem nestas parcelas, propunham que através de sua ação política seriam solucionadas suas carências, estariam corrompendo o regime. Ao regime democrático caberia substituir os demagogos por políticos capazes e cômicos de suas responsabilidades.<sup>26</sup> Para tal, era necessário contar com o voto *consciente*. A solução das desigualdades materiais, ao contrário, seria obra da ação econômica, mais eficaz e neutra.

---

<sup>24</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1964 p. 6.

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, 11 de março de 1964, p. 4.

<sup>26</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12 de março de 1964, p. 1.

A legalidade democrática, estável e moderada, seria o ambiente propício para a realização das reformas, mas o desenvolvimento econômico – e só ele – cumpriria o papel de emancipar os trabalhadores e minimizar o sofrimento material da população. A emancipação do trabalhador brasileiro deveria ser efetivada rumo a uma maior participação na economia nacional, e não nas decisões políticas nacionais. As reformas de base, reivindicadas através dos vícios da “agitação” política e da “demagogia” do presidente e das esquerdas, só concorriam para a corrupção do regime e para usurpação da fragilidade das “massas”.

O *Jornal do Brasil* afirma que “Nenhum outro corpo do sistema democrático pode auscultar e conhecer melhor as aspirações populares do que o Congresso, que vai buscar a sua representação entre as diversas camadas do povo”.<sup>27</sup> As reformas do presidente seriam distorções políticas e institucionais que cumpririam o dever de derrubar o regime representativo e instaurar a ditadura comunista no Brasil. Portanto, opor-se a elas nada mais era que agir conscientemente e empunhar a bandeira da defesa do regime democrático e dos valores cristãos. Os jornais confiavam a tarefa de realizar as reformas de base aos futuros candidatos à presidência. O *Jornal do Brasil* afirma que “Ninguém melhor que os elegíveis, do que os candidatos ao próximo quinquênio, para arrancar às mãos do Presidente João Goulart a bandeira das reformas”.<sup>28</sup> A bandeira das reformas, ao menos nas páginas dos jornais, já não pertencia mais a Jango. Os jornais apontavam que só havia um caminho possível para sua realização, o Congresso, representante legítimo do povo. Desde que houvesse um clima sereno, de paz social e tranqüilidade, desde que grupos interessados apenas na *desordem e agitação* permitissem, o Congresso votaria as reformas, pois assim desejava o povo brasileiro.

---

<sup>27</sup> *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1964, p. 3.

<sup>28</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1964, p. 3.

### 3.2

#### O Comício das Reformas, a Marcha de São Paulo e a Democracia

O comício das Reformas no dia 13 de março no Rio de Janeiro foi um dentre vários comícios organizados pelas esquerdas interessadas em demonstrar o clamor popular pelas reformas. Contou com a participação do governador de Pernambuco Miguel Arraes, assim como de Leonel Brizola. A postura radical de Brizola em relação ao Congresso e ao regime, e sua exigência das reformas a qualquer custo, despertou o descontentamento em diversos grupos políticos. A partir deste acontecimento Jango deixava clara sua postura em relação as suas bases de apoio. Os jornais e os grupos conservadores consolidariam sua postura de manutenção do regime representativo a qualquer custo.

Um dia antes do comício o *Jornal do Brasil* alerta para os transtornos que o comício poderia vir a causar na vida da cidade. Diante da possibilidade da formação de “paredes” de trabalhadores o jornal exalta o “verdadeiro e único” desejo da Nação: “o dever de trabalhar. O trabalho tranqüilo, ordeiro, normal e rotineiro”.<sup>29</sup> O trabalho, fosse um dever ou um direito, era evocado sob os auspícios de um valor que conferia distinção. Àqueles trabalhadores ordeiros, tranqüilos, pacíficos, distinguiram-se os “agitadores” comunistas, interessados em agir politicamente através de greves e atrapalhar o desenvolvimento econômico da Nação. Opunha-se desta maneira, integrantes do CGT, cerceadores do *direito/dever* de trabalhar, a outros trabalhadores. Ou seja, agitadores de um lado, contra trabalhadores pacíficos e ordeiros de outro. Ou ainda, agitadores políticos e corruptores do regime, contra trabalhadores pacíficos que contribuíam para a sua emancipação econômica e da Nação.

O comício organizado pelo CGT seria um marco, segundo o *Jornal do Brasil*. Diante da generalizada desconfiança em João Goulart este comício seria, “ou começo de um novo período de agitações comandadas pelo presidente, ou o fim do nascedouro da agitação plebiscitária visando o continuísmo”.<sup>30</sup> O presidente, enquanto “líder da agitação” e, portanto, ilegal, deveria ser impedido de concretizar seus desejos de continuidade. O *Jornal do Brasil*, ao estabelecer o comício como um marco retomava as discussões iniciadas em outubro de 1963

<sup>29</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1964, p. 3.

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1964, p. 3.

sobre as possibilidades de intervenção em um Poder Executivo ilegal. Não era a liderança dos brados por reformas que tornavam o presidente ilegal, mas a maneira preconizada como meio para se chegar até elas. O problema residia nas emendas constitucionais propostas por um presidente suspeito de querer golpear o regime e em suas pretensões plebiscitárias. Além disso, residia também na subversão da ordem que se revelava ao momento que Jango pretendia obter poderes constituintes através de emendas constitucionais.

O país entende que são legítimas as pressões democráticas, mesmo capitaneadas pelo Presidente da República, para obtenção no Congresso de reformas por lei ordinária. Entende, ao mesmo tempo, que são ilegítimas e inconstitucionais as pressões promovidas e comandadas pelo Presidente da República para obter do Congresso reformas através de emendas constitucionais. O Congresso só as poderá votar quando não submetido à pressão Presidencial, pois se as votasse estaria entregando ao Presidente a delegação que recebe, peculiar ao regime de democracia representativa.

É parte intrínseca dessa delegação o poder constituinte. Nem o presidente da República nem as massas em comício detêm o poder constituinte. Não podem pretender exercê-lo sem violar a Constituição.<sup>31</sup>

Diante da legitimidade do Congresso o presidente e as “massas” estariam isolados no que tange a obtenção das reformas através de pressões como esta, pois não possuíam Poder Constituinte. Seu exercício era restrito ao Congresso.

Seguindo as argumentações que visavam desqualificar e opor ao regime às forças presentes no comício da Central, o jornal *O Globo* começa por afirmar que “O povo brasileiro é realmente admirável de equilíbrio, bom-senso e moderação”.<sup>32</sup> Reconheciam e sugeriam estas qualidades ao povo brasileiro, pois, fosse outra a sua maneira de ser “aquela multidão que se reuniu na sexta-feira, em frente à Central, após ouvir os exaltados oradores, teria saído pela cidade a praticar violências”.<sup>33</sup> Há uma clara oposição entre *povo* e *multidão* que se manifestaria no *bom senso* e moderação do *povo*, e na violência, passionalidade e no radicalismo da *multidão*. Assim, mesmo tendo participado do comício, em seu retorno em paz e sem cometer violências, a *multidão* poderia ser identificada ao *povo*. Fora do comício, agindo pacificamente, com ordem e bom senso, a *multidão* poderia juntar-se ao *povo*.

<sup>31</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1964, p. 3.

<sup>32</sup> *O Globo*, 16 de março de 1964, p 1.

<sup>33</sup> *Ibid.*

A *Tribuna da Imprensa* afirmava, também, um dia antes do comício que “em local não permitido por lei (...) o Sr. João Goulart mais uma vez tocará o realejo das reformas”.<sup>34</sup> Referindo-se à eleição de Auro de Moura Andrade para a vice-presidência do senado e a reunião das classes produtoras no Rio de Janeiro afirma que estes dois fatos representariam o despertar de certas e decisivas forças da liderança nacional.

Esta resposta da democracia à demagogia, da lucidez à passionalidade, da reflexão ao primarismo, processou-se em dois campos: o do poder político, consubstanciado no poder legislativo, e do poder empresarial.<sup>35</sup>

Ponto importante deste trecho são as oposições feitas entre democracia e demagogia, lucidez e passionalidade e reflexão e primarismo. Estas oposições não só criavam uma identidade entre aqueles que seriam os opositores das reformas “radicais”, e portanto, indivíduos *conscientes*, como excluía seus oponentes passionais do mundo político. O poder legislativo e o poder empresarial opunham-se à demagogia. Dentro do regime dos democratas não haveria espaço para demagogos que contribuía para – e seriam – a corrupção do regime. Diante das “massas” e da *multidão*, a lucidez e o *bom senso* do povo brasileiro prevaleceriam criando as condições para a emancipação da Nação. O jornal *O Globo* comenta que os “exaltados” lançaram mão de todos os argumentos para

Convencer aquela massa humana, carregada até dos Estados vizinhos, de que ela era vítima permanente de “uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana”, a qual é sustentada pela Constituição caduca que urge transformar de qualquer maneira. Aquele comício havia sido denominado pelos seus organizadores vermelhos de “comício das reformas”, mas não foi outra coisa senão um ato público contra a Constituição do País.<sup>36</sup>

O comício, segundo o jornal, passou ao largo das reformas, foi organizado contra a Constituição do país. Seria o caráter demagógico da campanha de João Goulart e não a estrutura sócio-econômica, injusta e desumana, que fazia das “massas” vítimas permanentes. Prossegue comentando que após o comício os participantes voltaram para suas casas para o “justo descanso do fim de semana”. Tratando-os também por *multidão*, a imagem criada sobre os participantes é a imagem de uma “massa” que retornaria para casa anestesiada pela fala dos

<sup>34</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12 de março de 1964, p 1.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>36</sup> *O Globo*, 16 de março de 1964, p 1.

demagogos. A passividade da *multidão* revelava-se na incapacidade de ação racional posterior ao comício.

Sim, para os que dele participaram o comício terminou; não, porém, para os milhões de brasileiros que, estarecidos, o acompanharam pelo rádio e pela televisão, possuídos da impressão de que, no Rio de Janeiro, nesta cidade liberal e amena, que é ciosa de seus direitos e detesta a espetaculosidade e as demonstrações de força, tivera lugar uma reunião política, de caráter nitidamente totalitário.<sup>37</sup>

Haveria continuidade apenas para aqueles *milhões* de brasileiros que não participaram do comício. Estes certamente estariam em seus lares refletindo sobre a gravidade desta manifestação. A limitação da *multidão* participante a tornava vítima e não lhe permitia perceber o caráter totalitário do comício. Segundo o jornal o comício se assemelhava aos comícios de Hitler, de Mussolini, de Perón ou de Fidel Castro. Esta característica do comício contrastava com a cidade do Rio de Janeiro, liberal e amena. À Nação, restava lamentar o comício e a presença do presidente nele.

A Nação, que não é representada pelos cem mil participantes do comício (em boa parte arrebanhados, com pagamento, pelos órgãos governamentais e pelo CGT), repudia esse tipo de concentração popular e lamenta que ela tenha ocorrido.<sup>38</sup>

Diversos foram os argumentos publicados nos jornais sobre a representatividade dos participantes do comício da Central. Referiam-se ao número de votantes presentes na Central. O *Correio da Manhã*, que manifestaria suas críticas ao Comício da Central, bem como à Marcha com Deus pela Liberdade por seus extremismos, faz um adendo ao gigantismo destas manifestações. Esta manifestação, que ocorreria em São Paulo no dia 19 de março, foi organizada pelos opositores do presidente em resposta ao Comício das Reformas e buscava apresentar o governo como inimigo da legalidade e da democracia. “Não duvidamos dos números. E julgamos estas concentrações uma demonstração de vitalidade democrática. Mas temos dúvidas quanto (...) a percentagem do eleitorado que participa deles”.<sup>39</sup>

O *Correio da Manhã* sempre manteve uma linha editorial liberal e defensora das liberdades políticas, mas em nenhum momento esteve disposto a apoiar a ampliação da participação política no regime democrático para além do pleito.

<sup>37</sup> *O Globo*, 16 de março de 1964, p 1.

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> *Correio da Manhã*, 21 de março de 1964, p. 6.

Ainda que os comícios fossem uma demonstração de vitalidade democrática, não substituiriam as urnas. De maneira semelhante a outros jornais, fala em nome do povo brasileiro e revela seus “verdadeiros” desejos. “O povo deseja a paz, trabalho em paz, reformas de base, a manutenção das instituições democráticas, que, de certo defenderá com todas as forças”.<sup>40</sup> Afirmava também que o povo brasileiro “não queria saber” dos radicalismos presentes, segundo o jornal, nos comícios de São Paulo e Rio de Janeiro. Os candidatos que se apresentassem às próximas eleições deveriam empunhar a bandeira das reformas e da defesa da democracia. As urnas, “e só elas”, deveriam decidir o destino da Nação.

Na manhã do dia 13 de março, a *Tribuna da Imprensa*, em editorial de capa, acusava o governo de ter gasto 350 milhões de cruzeiros na preparação de um comício que se assemelhava a um festival totalitário: “o comício de hoje é uma explosão da minoria passional contagiada ou seduzida por um aparato de mobilização que não figura, nem poderia figurar nos álbuns democráticos”.<sup>41</sup> Apontou o caráter minoritário e passional dos organizadores e participantes, contagiados ou seduzidos por um aparato de mobilização alheio à democracia. Toda a frase é construída de maneira a discriminar e excluir os participantes do comício do marco democráticos. Os participantes do comício da Central, segundo os jornais, só estiveram no local por conta do pagamento ou do transporte financiado pelo governo com dinheiro público. Sua participação deveu-se ao “arrebanhamento”.

O *Jornal do Brasil* afirmava que 500 mil pessoas haviam comparecido à passeata em defesa do regime em São Paulo. Sua organização é atribuída a movimentos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), grupo formado por senhoras do Rio de Janeiro que recebia apoio financeiro e orientação política do IPES<sup>42</sup>, e a União Cívica Feminina, mas não se pode descartar, a participação efetiva na sua organização do governo de São Paulo, da Sociedade Rural Brasileira, da FIESP e de setores da igreja católica<sup>43</sup>. A Marcha,

<sup>40</sup> *Correio da Manhã*, 21 de março de 1964, p. 6.

<sup>41</sup> *Tribuna da Imprensa*, 13 de março de 1964, p. 1.

<sup>42</sup> DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 35.

<sup>43</sup> TOLEDO, C. N. *O governo de João Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Braziliense, 2004 p. 99. Em depoimento pessoal sobre a multidão que compunha a marcha, Eurilo Duarte afirmou que: “A presença mais acentuada é a feminina e se pode classificar o desfile como da classe média, e desta para cima – se uma observação apenas visual autorizar um julgamento.” DUARTE, E. 32

que reuniu toda a elite paulistana, pode ser considerada como uma resposta conservadora ao comício das reformas<sup>44</sup> e se constituiu em um evento impactante para a mobilização anti-esquerdista<sup>45</sup>.

Como argumenta Rene Dreifuss, os opositores de João Goulart se dedicaram, desde o início de seu governo, a conspirar contra o executivo. A ação de organizações civis como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) contava com o abundante apoio financeiro de setores empresariais nacionais e internacionais para desenvolver uma ampla campanha junto à opinião pública na busca de apoio civil e militar para uma mudança no governo. Seus argumentos se concentravam no perigo da infiltração comunista, na corrupção, nos males da intervenção estatal na economia e no atraso das oligarquias rurais nacionais.

Ainda que seu trabalho tenha grande valor pela extensão da pesquisa documental, trabalhos historiográficos posteriores questionaram a centralidade atribuída por Dreifuss à atuação destas organizações para o desfecho dos acontecimentos. Segundo Argelina Figueiredo, a obra “falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes”.<sup>46</sup> Entretanto, é inegável que tais organizações se constituíram em um elemento a mais no processo de desestruturação da legalidade constitucional vigente e de ameaça ao regime democrático.

Diferente do *comício*, que visava à agitação e a desordem política, a *passeata* contava com o *entusiasmo* e o *patriotismo* da gente paulista. O jornal *O Globo*, que vibrou com a passeata começa seu editorial destacando que a passeata não foi custeada pela Petrobrás, organismos políticos ou estatais. Não era um evento partidário, era uma “congregação de cristãos zelosos das tradições do povo brasileiro”, estavam “com Deus pela Liberdade”. Ao invés da *Foice* e do *Martelo*, seus cartazes traziam o *Rosário* e os símbolos cristãos. O evento de São Paulo

---

mais 32, igual a 64. In: DINES, A.; CALLADO, A.; NETTO, A. Idos de Março e a queda em abril. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1964 p.133.

<sup>44</sup> Daniel Aarão Reis classifica a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* como a reação das direitas unidas. REIS, D. A. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 30.

<sup>45</sup> MOTTA, R. P. S. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, M. de M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 139.

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, A., *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 27-28.

diferia do comício do Rio de Janeiro por sua *beleza e espontaneidade*. Segundo a *Tribuna da Imprensa*, desta vez em São Paulo, reuniu-se o povo, “E era povo mesmo, sem “cheiro” de pelego”.<sup>47</sup> O jornal afirma que, “nestes dias conturbados”, o povo ainda não havia se reunido. E vai além, afirmando que o comício da Central, com seus 100 mil participantes, “foi um equívoco, no máximo uma mobilização de pelegos. (...) Foi uma concentração de massas, a Cr\$ 3.500 por cabeça. Nunca um comício espontâneo, com povo mesmo”.<sup>48</sup> Afirma que a passeata de São Paulo foi “mais que um comício, foi realmente um plebiscito”, diante do comparecimento do povo a uma espécie de urna invisível colocada na “rua que é do povo, na praça que é do povo”, parafraseando Jango.<sup>49</sup>

O *Correio da Manhã* opta pela cautela e pela tentativa de acalmar os ânimos. “Constitui verdadeiro absurdo que em pleno regime democrático, um comício possa provocar o pânico”.<sup>50</sup> Defende a manutenção do debate acerca das reformas de base e entende que o comício seria uma boa oportunidade para o presidente se posicionar definitivamente na discussão.

Há ainda a considerar o problema das reformas de base. Não podem se adiar. Não podem continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras extremistas... Fala-se em golpe, em revolução e em guerra civil. Nada disso acontecerá, ainda estamos livres do trágico... Entre o anti-reformismo generalizado do Sr. Lacerda, e o reformismo indefinido dos Srs. Brizola e Arraes não há diferença... é pura farsa... O Sr. João Goulart e o Congresso terão ótima oportunidade de não serem incluídos nesta farsa... Voltamos agora para os Poderes Executivo e Legislativo. Nem o presidente da república nem os deputados e senadores tem o direito de jogar com as palavras. Quais as reformas que desejam ou não desejam realizar?<sup>51</sup>

Cobrando uma postura “franca” dos parlamentares e do presidente diante das reformas, o jornal alerta que o momento não é de jogo de palavras. Entendendo que a bandeira das reformas servia de parte a parte como maneira de intimidar e pressionar os adversários, cobram sua execução imediata. Ainda que os extremistas anunciados falem em golpes, revolução, guerra civil, a legalidade não correria riscos. Os projetos de reforma dos extremistas não passariam de uma farsa, cabendo ao presidente e ao Congresso, *em atitude franca*, anunciar quais as reformas que desejam e posicionarem-se no debate sobre as reformas. Esta

<sup>47</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de março de 1964, p. 1.

<sup>48</sup> *Ibid.*

<sup>49</sup> *Ibid.*

<sup>50</sup> *Correio da Manhã*, 13 de março de 1964, p. 6.

<sup>51</sup> *Correio da Manhã*, 13 de março de 1964, p. 6.

postura seguida pelo jornal revelava um caráter liberal pautado nas formas e nas leis, na racionalidade e na lógica que deveria imperar sobre a demagogia. Considerava essencial, dentro da política e das disputas entre grupos rivais, uma postura ética que excluísse, por exemplo, o jogo de palavras. Acreditava que quaisquer ameaças à legalidade seriam afastadas pela ação legal do Congresso. Caminhar ao lado da lei garantiria a vitória democrática.

De acordo com a *Tribuna da Imprensa*, o que houve em São Paulo foi uma resposta do povo a João Goulart, teria sido de fato, um *verdadeiro plebiscito democrático*. Estes argumentos publicados nos jornais buscaram validar a participação apolítica e apartidária, baseada nos valores da família, da tradição cristã, do povo brasileiro. Tenta adquirir para seu idioma o conceito de plebiscito, *realmente* democrático, por sua manifestação apolítica, e, portanto, virtuosa; enquanto que o plebiscito preconizado por Jango não passava de agitação e subversão democrática, pois contava com uma motivação partidarizada, ou seja, com a ação política entendida como vício dentro do regime.

A oposição entre o *comício* e a *passeata* cumpria o papel de opor Jango e seus aliados à democracia, ao Congresso e ao povo brasileiro. Esta oposição não concebia uma divisão do povo brasileiro entre duas propostas distintas, mas sim uma oposição entre o somatório de uma minoria mal intencionada com uma multidão manipulada e o povo consciente. Cumpria, de maneira semelhante, o papel de estabelecer a legitimidade de uma democracia, pautada pelos valores morais e experimentada, tal qual na Eclésia católica, pela virtuosa representação institucional. O regime proposto por Jango, que não era referido como democrático pelos jornais, mas totalitário, pautava-se na “baixa política”, “no artifício das combinações”,<sup>52</sup> na passionalidade, na violência, no vício e na ilegalidade.

Após o Comício das Reformas, o presidente enviou uma mensagem no dia 15 de março, solicitando ao Congresso Nacional a apreciação do projeto de reformas. Nesta mensagem estavam presentes dois pontos que dificultavam ainda mais as suas relações não só com o PSD, mas com a maioria do Congresso: a supressão do princípio da indelegabilidade de poderes e a realização de um

---

<sup>52</sup> *Correio da Manhã*, 27 de março de 1964, p. 4

plebiscito para discutir a questão das reformas.<sup>53</sup> Diante do envio destas solicitações, os jornais realizaram uma leitura dos eventos que os levou a um comportamento mais enérgico com o presidente. A possibilidade de adoção destas medidas foi recebida não só como uma clara tentativa de esvaziamento das atribuições do Congresso, mas também como uma ameaça a manutenção da legalidade constitucional.

A proposta do plebiscito foi analisada pela *Tribuna da Imprensa* como “a confissão de um presidente de índole ditatorial”, já que ao governar por via plebiscitária imporia sua vontade através da manipulação demagógica e do controle das massas.<sup>54</sup> O *Correio da Manhã* também faria um alerta para os riscos de uma ditadura plebiscitária que retiraria do Congresso Nacional, sua principal função, a de legislar. Segundo o jornal, o Brasil era “visceralmente contrário à ditadura, sob qualquer forma que seja, inclusive a plebiscitária. Pretende eleger um presidente da República mas não quer eleger um ditador”.<sup>55</sup> O *Jornal do Brasil*, por sua vez alertava que o presidente havia lançado seu desafio à ordem democrática brasileira. Prosseguia afirmando que entre cada uma das frases do comício e em cada entrelinha da Mensagem qualquer entendedor “mediocre ouviu e leu que o Presidente acha impossível governar dentro dos limites e do sistema de equilíbrio do regime constitucional que jurou defender”.<sup>56</sup> Afirma que o presidente “deixou para trás a linha da legalidade. Pede reformas radicais”.<sup>57</sup> A democracia era abandonada por João Goulart, que partia rumo à radicalização. O *Globo* questionava:

---

<sup>53</sup> Objetivando manter a fidelidade do teor da mensagem do presidente João Goulart, reproduzo aqui os trechos nos quais aborda estas duas temáticas. “A rapidez das mudanças e transformações que a sociedade experimenta (...) exige do Estado, sobretudo em países que travam a luta pelo progresso, procedimentos legislativos que o habilitem a agir rápida, eficaz e corajosamente. Assim, à semelhança do que já faz a maioria das nações, impõe-se também ao Brasil suprimir o princípio da indelegabilidade dos poderes, cuja presença no texto constitucional só se deve aos arroubos de fidelidade dos ilustres constituintes de 1946 a preceitos liberais do século XVIII. (...) permiti-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento da vida democrática, jurídico e eficaz, que torne possível salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo o poder legítimo que é a vontade popular. Assim, peço a Vossas Excelências que também estudem a conveniência de realizar-se esta consulta popular para a apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos para o pronunciamento majoritário a respeito das reformas de Base.” Ver, Trechos da mensagem de 15 de março de 1964 do presidente João Goulart ao Congresso Nacional. In: FICO, C. Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004 p. 304.

<sup>54</sup> *Tribuna da Imprensa*, 17 de março de 1964, p. 1.

<sup>55</sup> *Correio da Manhã*, 26 de março de 1964, p. 6.

<sup>56</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1964, p. 6.

<sup>57</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1964, p. 6.

Ainda se poderá falar em legalidade neste país? É legal uma situação em que se vê o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas, para intranquilizar a Nação com menções a eventuais violências, caso o Congresso não aceite seus pontos de vista? É legal uma situação em que a própria mensagem enviada ao Congresso, por ocasião da abertura de seus trabalhos, o Presidente da República reclame a reforma da Constituição, que jurou preservar e defender, invadindo, portanto, a competência exclusiva do Parlamento? É legal uma situação em que, inspirados nas atitudes governamentais órgãos ilegítimos, destinados à agitação, se dirigem ao Congresso em linguagem audaciosa, fazendo ameaças e insinuando represálias?<sup>58</sup>

Para o *Diário de Notícias*, nos termos em que João Goulart a colocava, a consulta popular perdia seu caráter democrático para se constituir em uma manobra demagógica que procurava diminuir a confiança popular no Congresso e esvaziá-lo de sua respeitabilidade e de suas atribuições. O jornal ressalta que a questão das reformas era complexa e deveria ser resolvida através de amplo debate “não é matéria para ser resolvida num plebiscito. Não se trata (...) de dizer apenas “sim” ou “não””.<sup>59</sup> Em um regime democrático, discuti-la seria função precípua do Congresso nacional. Ao sugerir que o plebiscito revelaria a “verdadeira vontade nacional, o presidente da República dá por entendido que o Congresso não representa mais esta vontade, aliás, a primeira etapa para, a exemplo de 1937, partir para o golpe que lhe fechará as portas”.<sup>60</sup> Neste sentido, os jornais concordavam que o plebiscito proposto por Jango seria uma possível preparação para a quebra da legalidade constitucional e a subversão do regime democrático. Os grupos à esquerda radicais esperavam que o presidente “finalmente” rompesse com a sua “política de conciliação” enquanto setores conservadores já falavam na possibilidade de derrubada do presidente para impedir a quebra da legalidade e o “avanço comunista”. A opinião expressa no *Correio da Manhã* deixava claro que,

Delegar poderes ao chefe de um governo presidencialista, significaria abolir a independência dos poderes (...) delegação de poderes é mais do que emenda a Constituição, é modificação do regime... significaria a radicalização do país oficializada. Seria nada mais, nada menos que, atrás de uma fachada constitucional a ditadura.<sup>61</sup>

<sup>58</sup> *O Globo*, 18 de março de 1964, p. 1.

<sup>59</sup> *Diário de Notícias*, 17 de março de 1964, p. 4.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>61</sup> *Correio da Manhã*, 18 de março de 1964, p. 6.

Os jornais seguiam declarando o pretense golpismo de Goulart, que cada vez mais era representado como uma ameaça iminente à manutenção do regime democrático representativo. Este quadro, segundo o *Diário de Notícias*, poderia despertar forças golpistas cujas possibilidades nem o presidente “calcula bem”. Para evitar um desfecho que fugisse as normas constitucionais, o Congresso deveria reagir firmemente a estas propostas, “mas de maneira construtiva, isto é: votando as reformas de base, para tirar os pretextos às veleidades ditatórias de fazê-las sem o Congresso”.<sup>62</sup> Cabia ao Congresso, portanto, agir com inteligência e em consonância com a vontade reformista do povo na manutenção da legalidade.

Os jornais cobravam do Congresso a votação das reformas para que o presidente fosse forçado ao diálogo político e deixasse de lado o diálogo “das ruas”. “Pela obra legislativa o Congresso estará forçando o Presidente a retomar o diálogo político com os “poderes constituídos”, sustentados por lei pelas Forças Armadas”.<sup>63</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, “a partir deste momento o espaço político estará novamente ocupado por dois protagonistas legítimos: o Presidente e o Congresso”.<sup>64</sup> Esta postura revela a intenção de manter afastados da política os grupos à esquerda ligados às “massas” e à mobilização política. Depositando também nos futuros candidatos à presidência as esperanças da execução das reformas, afirma que,

O reencontro da política das reformas com a esperança terá de ser obra imediata do Congresso e dos candidatos. Sobre o desespero nada se constrói: apenas se deflagram revoluções, plebiscitos, tudo que não é normalmente democrático.<sup>65</sup>

A perspectiva dos jornais de mudança nacional e da realização das reformas não contava mais com a participação de Jango e de seu governo. O presidente e seus aliados só estariam contribuindo para o desespero, revoluções, e plebiscitos antidemocráticos. A *Tribuna da Imprensa* atacava João Goulart e pedia seu *impeachment*. Dentro de sua estratégia da conspiração e do sensacionalismo, alertava que, para evitar a guerra civil “tramada por aqueles que agem fora da Constituição”<sup>66</sup> haveria apenas um caminho. “Este caminho é claro: o

<sup>62</sup> *Correio da Manhã*, 18 de março de 1964, p. 6.

<sup>63</sup> *Jornal do Brasil*, 15-16 de março de 1964, p. 6.

<sup>64</sup> *Ibid.*

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16 de março de 1964, p. 1.

“impeachment” do presidente da república que exatamente por ser presidente da república tem a legitimidade de seu mandato condicionada a sua ação constitucional”.<sup>67</sup> O *Correio da Manhã* matinha seu posicionamento em nome da continuidade constitucional, ainda que deixasse clara em seus editoriais a falta de confiança e de esperança no presidente. Cabia ao presidente terminar seu mandato *tranquilamente* dentro do prazo estabelecido por lei e cessar as *agitações* e radicalizações. Recordando experiências passadas nas quais o povo demonstrou,

O seu repúdio às duas últimas tentativas para interromper entre nós, a vida constitucional; quando se pretendeu impedir em 1955 a posse do candidato eleito à presidência da República e quando os militares quiseram evitar, em 1961, que o vice-presidente assumisse o posto de presidente que a Constituição lhe garantia. (...) O amadurecimento político do país, com a experiência do passado, criou a confiança na legalidade constitucional. (...) Os radicais da direita e da esquerda não sensibilizam as grandes massas da população brasileira... Devemos crer na maturidade de nosso povo, na força das instituições, na legalidade constitucional, temos plena certeza de que a maioria da população recusa o golpe e a guerra civil.<sup>68</sup>

O *Correio da Manhã* confiava na capacidade do povo e nas instituições em conter a radicalização política e manter a legalidade. A esperança de reformas e da manutenção da legalidade também estava depositada nos candidatos ao pleito de 1965, portanto, na manutenção da sucessão presidencial. Juscelino Kubitschek, que fora atacado pelo *Correio da Manhã* por sua “indefinição”, percebendo a importância da bandeira das reformas neste momento passou admiti-las em seu programa. Seu slogan de campanha trazia a frase: “Reformas dentro da Lei”<sup>69</sup>, e reforçava o protagonismo do Congresso para a realização pacífica das reformas e a manutenção da legalidade.

O pedido de um posicionamento mais enérgico frente à ilegalidade de Jango seria cobrado inicialmente do Congresso. O jornal *O Globo* alertava que se, a partir do comício, João Goulart acatasse as determinações de seu cunhado e dos representantes do CGT que o precederam na lista de oradores, a “Frente única” imaginada por San Thiago Dantas estaria morta e sepultada. Desta maneira o Presidente governaria apenas com a minoria extremada. E como no regime democrático representativo é impossível ao Chefe do Executivo obter leis através da minoria, o presidente ou nada faria ou teria de governar por decretos. Diante de um quadro de conflito o Brasil estaria aberto a conseqüências imprevisíveis. O

<sup>67</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16 de março de 1964, p. 1.

<sup>68</sup> *Correio da Manhã*, 11 de março de 1964, p. 6.

<sup>69</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1964, p. 6.

jornal manifestava suas esperanças de que João Goulart não aceitasse “os conselhos dos fogosos representantes da subversão”.<sup>70</sup> Entretanto, ao desdobrar dos acontecimentos cobrou do Congresso um posicionamento.

Resta uma palavra que tem que ser dita desde já. É uma palavra dirigida ao Congresso. Até quando permitirá ele que um de seus membros o denigra diante da Nação? Como pretenderão os parlamentares que a dignidade e a majestade do Poder Legislativo sejam respeitadas, se não tomam eles mesmos, as providências necessárias para punir o atrevido político que escudado em suas imunidades diariamente se levanta para caluniar e ofender a Constituição e o Congresso?

Já é tempo de o legislativo demonstrar que não é um organismo inerte que se pode injuriar e, portanto fazer desaparecer com um sopro.<sup>71</sup>

Em mais um episódio de crise política envolvendo o presidente João Goulart, os jornais reforçavam o papel do Congresso na solução legal dos problemas. *O Globo* segue alertando que “É indispensável reagir contra a paulatina desmoralização da Constituição e do regime. O comício de sexta-feira não teve outro objetivo”.<sup>72</sup> O Congresso deveria agir e readquirir seu prestígio e importância no regime pois,

É ele que detém a verdadeira representação popular e a ele cabem, com exclusividade, a iniciativa de reformar ou emendar a Constituição e a prerrogativa de legislar, direitos que o Poder Executivo agora deseja usurpar.<sup>73</sup>

A menos que o Congresso desse um “basta”, segundo o jornal, outras manifestações semelhantes aconteceriam. Após o envio ao Congresso da mensagem solicitando as reformas, ameaçando tomar medidas “concretas” caso não fosse atendido o pedido de reforma da Constituição, o CGT faz um ultimato ao Congresso de trinta dias. Em reação pronta e imediata uniram-se PSD, UDN e PSP<sup>74</sup> e acertaram planos para defender o Legislativo das pressões do Executivo. A mecânica da democracia representativa, ao longo do governo de Jango, servia de certa forma para que os grupos conservadores contivessem os desejos de ampliação democrática e de reformas dos comunistas “radicais”. Os partidos políticos conservadores mostravam coesão, os jornais analisados caminhavam na direção de que se mantivesse a legalidade através do Congresso.

<sup>70</sup> *O Globo*, 16 de março de 1964, p. 1.

<sup>71</sup> *Ibid.*

<sup>72</sup> *Ibid.*

<sup>73</sup> *Ibid.*

<sup>74</sup> *O Globo*, 17 de março de 1964, p. 1.

O *Diário de Notícias*, comentando sobre o ambiente após o envio da mensagem presidencial ao Congresso, afirma que “É inegável, irrecusável, que existe um processo de subversão claramente delimitado para atentar contra o regime e as instituições”.<sup>75</sup> O principal problema brasileiro seria a participação do presidente neste processo, empolgado pelos grupos radicais. As ações subversivas, ainda que contassem com o aval do presidente e com sua “vocaçãõ caudilhesca”, seriam orquestradas pelos “comunistas” e “agitadores”, e não levariam o presidente a bons lugares. Somava-se a este fato seu apoio nas “multidões”, duramente criticadas nos jornais.

Quando ele se deslumbra provincianamente com o comparecimento de uma multidão num comício mussolínico, trabalhosamente arranjado com condução e outras facilidades e pensa “o povo está conosco”, lembremo-lhe a genial distinção que fez Victor Hugo, numa página de “Os Miseráveis”: “a multidão é traidora do povo”. Multidão não é povo.<sup>76</sup>

A *multidão* agora ganharia caracterizações mais negativas e perigosas. Jango estaria sendo apoiado por traidores do povo. “Investir, portanto, contra o congresso (...) não é apenas um crime contra as instituições – é um crime contra o povo”.<sup>77</sup> Segundo o jornal, tais atitudes poderiam abrir caminho para sua derrubada pelas Forças Armadas.

Se a suprema autoridade do Poder Executivo opõe-se a Constituição, condena o regime e deixa de cumprir as leis, perde automaticamente o direito de ser respeitado e de ser obedecido, surgindo o caos e a anarquia. Porque este direito dimana exclusivamente da constituição. As próprias Forças Armadas destinadas, pelo art. 177 da carta magna, a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, só estão subordinadas a autoridade suprema do presidente da República, por força desta mesma Constituição. É somente a Constituição que lhes ordena a obedecer ao presidente.<sup>78</sup>

Goulart ocupava o posto presidencial, mas diante dos constantes ataques a sua postura frente à *multidão* e à sua atuação política, nos jornais, encontrava-se cada vez mais afastado da legalidade. No final de março, o *Diário de Notícias*, perdendo a paciência com João Goulart e presenciando a constante radicalização das esquerdas próximas às “massas” sugerem que as Forças Armadas poderiam, novamente, agir no restabelecimento da legalidade e dos limites constitucionais.

<sup>75</sup> *Diário de Notícias*, 22 de março de 1964, p. 4.

<sup>76</sup> *Ibid.*

<sup>77</sup> *Ibid.*

<sup>78</sup> *Ibid.*

Foi o que aconteceu. O estopim para ação das Forças Armadas seriam as seguidas atitudes do presidente frente a grupos militares de baixa patente deflagrando, nas Forças Armadas, uma crise na qual estava em jogo manter a disciplina e a hierarquia militar.

### 3.3

#### A Hierarquia, a Disciplina e as Forças Armadas

A Associação de Marinheiros reivindicaria seu direito de existência, negado pela alta hierarquia da Marinha. Rebelados contra as restrições de sua existência e contra a hierarquia, seus membros fecharam-se no Sindicato dos Metalúrgicos até que o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Borges de Souza, renunciasse ao cargo. A Associação dos Marinheiros autorizou o CGT a agir em seu nome causando a revolta do Ministro. Os líderes sindicais chegaram a indicar três nomes para o ministério que deveriam ser apreciados pelo presidente João Goulart.<sup>79</sup>

Afirmando não compactuar com a subversão, o Almirante Silvio Mota censurou “aqueles militares que tem os olhos mais voltados para a política do que para seus afazeres profissionais”.<sup>80</sup> As Forças Armadas reforçavam sua inclinação de manter afastada a política *nos* quartéis. Para o Ministro, a estrutura militar da Marinha, e com ela sua hierarquia, vinha sendo abalada nos alicerces, por pressões estranhas a seus quadros e “pelo clima de incompreensão e insatisfação que foi criado”.<sup>81</sup> Ainda segundo o Ministro, a diretoria da Associação de Marinheiros e Fuzileiros “se deixou envolver pelas idéias subversivas de elementos estranhos a seus quadros”.<sup>82</sup> Assegurou que seria inflexível na manutenção da ordem e da disciplina “nos navios de guerra e nos quartéis” não tolerando “injunções provenientes de grupos de agitação”.<sup>83</sup>

A situação se agravaria consideravelmente quando João Goulart decide discursar em um comício de sargentos no dia 30 de março ocorrido no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Em seu discurso os jornais encontraram fortes indícios

---

<sup>79</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1964, p. 4.

<sup>80</sup> *O Globo*, 26 de março de 1964, p. 1.

<sup>81</sup> *Ibid.*

<sup>82</sup> *Ibid.*

<sup>83</sup> *Ibid.*

de que o golpe de Goulart se aproximava. Agora, entretanto, as Forças Armadas seriam cobradas de manter sua unidade e coesão perante a Nação. A partir da definição de Jango de seu apoio aos militares subalternos e suas reivindicações, os líderes das Forças Armadas uniram-se aos grupos políticos e civis conservadores que já vinham denunciando a ilegalidade do presidente. Em editorial, *O Globo* anuncia a união da Nação às Forças Armadas.

Em meio à luta que vem travando, na defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina –, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.<sup>84</sup>

A partir deste momento, as Forças Armadas estariam lutando por sua sobrevivência e a esta luta estaria garantida o apoio da Nação. O líder do PSD, o Deputado Martins Rodrigues afirmou que o PSD não poderia mais silenciar-se ante o “crescente processo de subversão das instituições, especialmente no que diz respeito à infiltração comunista nas Forças Armadas, constatação clara e muito fácil de ser feita”.<sup>85</sup> *O Globo* sugere que diante do quadro aberto pelas atitudes de João Goulart frente à crise militar, a legalidade não deveria ser um tabu para a defesa da democracia. Diante da inoperância e desunião dos “democratas” os inimigos do regime vão, “paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado “Socialista””.<sup>86</sup> A unidade fazia-se necessária e era evocada. Segundo o jornal, o país estaria vivendo uma “encruzilhada de seus destinos”.

Agora se decidirá se conseguiremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas.<sup>87</sup>

Diante da crise duas possibilidades se abriam: Ou a ditadura esquerdista ou a superação da crise econômico-financeira. Um argumento novo se abria aos

<sup>84</sup> *O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

<sup>87</sup> *Ibid.*

jornais com a intervenção de João Goulart nas reivindicações dos militares subalternos. O enfraquecimento e o progressivo desaparecimento das Forças Armadas, representados pela quebra da disciplina e da hierarquia, deixaria o caminho livre para a subversão e a tomada do poder pelos comunistas. Chega-se ao momento de se obliterarem questões políticas e suas instabilidades para a salvaguarda das Forças Armadas, defensoras do regime. Suspendia-se a discussão político partidária, o momento seria de unidade.

O assunto não é político-partidário. Não se discute, agora, como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogo os pontos de vista divergentes a respeito deste ou daquele problema isolado. O que une a todos os democratas nesta hora, é a convicção de que o desaparecimento das Forças Armadas significaria a morte de nosso regime político, que já não teria quem o defendesse.<sup>88</sup>

Neste momento, o Brasil comemorava o feriado católico da Semana Santa. Este fato foi amplamente explorado pelos jornais, marcando a importância da tradição cristã dentro do debate político deste momento. Em meio a um momento de reflexão para cristãos, os comunistas atacavam as corporações militares e impunham-lhes suas reivindicações. Outro conceito que foi amplamente utilizado pelos jornais, Pátria/patriotismo, foi evocado ao lado da lucidez do povo brasileiro na sua mobilização contra o processo de destruição das instituições militares. Convocavam-se todos os patriotas contra os comunistas. As liberdades e garantias constitucionais não poderiam continuar sendo um direito franqueado aos comunistas, nesta conjuntura. Segundo afirma o jornal *O Globo*, todos tinham a certeza de que o Brasil não poderia mais suportar que “à sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição”.<sup>89</sup>

A situação era grave segundo o *Jornal do Brasil*. Não existiam figuras constitucionais, “Só restam como válidos aqueles que detêm o poder de agir para restabelecer o estado de direito. Ou permitirão que o País se estilhasse na guerra civil?”<sup>90</sup> O perigo da guerra civil era novamente um perigo diante da investida dos agitadores e comunistas. No entanto, a esta altura cabia somente às Forças Armadas agirem para não permiti-la e manter a legalidade. O *Jornal do Brasil* se

<sup>88</sup> *O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>89</sup> *Ibid.*

<sup>90</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1964, p. 6.

manifesta em resistência. “Sim: pregamos a resistência. O JORNAL DO BRASIL e o País querem que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito”.<sup>91</sup> A unidade é novamente evocada. O *povo* estava unido, os grupos políticos conservadores unidos, os principais jornais do país apoiavam a intervenção, restava que a unidade e a coesão no interior das Forças Armadas fosse sólida o bastante para uma ação efetiva. O restabelecimento da legalidade,

Só será possível quando existirem Forças Armadas intactas. Quando o germe da divisão for eliminado das Forças Armadas, quando as ideologias não tiverem nelas ingresso para explorar certas reivindicações que podem ser justas, mas que jamais deverão ser defendidas pelo caminho da sedição e da indisciplina. (...)

Não voltaremos à legalidade enquanto não forem preservadas a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas. Primeiro, portanto, vamos recompor os alicerces militares da legalidade – a disciplina e a hierarquia – para depois, e só depois, perguntarmos se o Presidente da República tem ou não condições para “exercer o comando Supremo das Forças Armadas”.<sup>92</sup>

A constituição estava ameaçada, segundo o *Diário de Notícias*. O momento era decisivo para o país, a Nação deveria reagir e fazer valer a lei, a ordem dentro das regras constitucionais. A Constituição estava ameaçada. Segundo o jornal, o presidente da república coloca-se “em posição frontalmente contrária a que lhe compete como autoridade suprema do executivo, e nessa qualidade, de guardião dos princípios básicos sobre os quais se alicerça as instituições democráticas”.<sup>93</sup> João Goulart era novamente acusado de afastar-se deliberadamente de seus deveres legais. A decisão exigida era “portanto, impositiva, inadiável. A opção é definitiva”.<sup>94</sup> O episódio da Marinha não poderia ser encarado simplesmente como um fato interno da disciplina militar, “Neles estão em causa os fundamentos do regime democrático, que tem no respeito à disciplina e a hierarquia militares os elementos específicos de sua segurança”.<sup>95</sup> O jornal alertava que não poderiam ser aceitas medidas de termo médio. Para a normalização da integridade hierárquica das Forças Armadas “terá o governo de alterar substancialmente tudo que fez até agora”.<sup>96</sup> O golpe ao presidente estava anunciado desde outubro de 1963, porém, agora, após os episódios envolvendo as Forças Armadas, aproximaram-se os

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> *Diário de Notícias*, 30 de março de 1964, p. 4.

<sup>94</sup> *Ibid.*

<sup>95</sup> *Ibid.*

<sup>96</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1964, p. 6.

militares e os grupos conservadores. A postura clara que lhe foi cobrada desde outubro de 1963 era imperiosa. “Não se pode de forma nenhuma pactuar com a inversão de todas as normas e princípios que dão sentido e base a ordem institucional. Ainda há uma porta de saída aberta para o presidente”.<sup>97</sup>

Segundo Argelina Figueiredo, havia a possibilidade de uma composição que mantivesse Goulart no poder e garantisse a continuidade do regime democrático, caso este adotasse uma linha mais moderada e se voltasse para os partidos, como já o haviam sugerido, além do ex-presidente Juscelino Kubitschek, alguns de seus assessores militares.<sup>98</sup> Jango sofreu ataques dos jornais ao longo de todo seu governo, porém a partir de 1963, estes tornam-se mais enfáticos na cobrança de um posicionamento “claro” e “definido”. Sob esta hipótese a autora reduz as opções de escolha de João Goulart entre continuar sob ameaça de golpe ou manter aliados do processo político uma parcela significativa da população e suas bases de apoio. A menos que Jango desse fim ao projeto trabalhista para o Brasil, que vinha se desenhando desde o início da década de 1950, terminaria seu mandato.

Um governo dentro dos limites da democracia representativa, orientado pelo centro político, longe das esquerdas, a esta altura não seria mais possível para Goulart. O presidente comprometera-se com suas bases de apoio extra-parlamentar e estas esperavam dele outra postura. Longe de suas bases de apoio seria presa fácil para quaisquer tentativas de intervenção no Executivo, sem contar que assim, deveria abdicar de suas posturas e suas bandeiras de campanha. O presidente já estava imobilizado ante a oposição política, civil e militar. Seguir o caminho do centro soaria como um duro golpe aos grupos que acreditavam na conquista da ampliação democrática através da sua mobilização.

Sob título de “A Renúncia de Jango”, a *Tribuna da Imprensa* afirmava que “o Sr. João Goulart não [era] mais o presidente da república. Renunciou voluntariamente em favor do CGT, do Partido Comunista, dos grupos mais radicais de esquerda”.<sup>99</sup> O país estaria sendo comandado por alguns marinheiros sublevados, pelos representantes do Partido Comunista, pelos “nacionalistas”, por alguns elementos minoritários das três Armas, “precisamente os de pior reputação,

---

<sup>97</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1964, p. 4.

<sup>98</sup> FIGUEIREDO, A., *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 200-202.

<sup>99</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30 de março de 1964, p. 1.

sem passado, sem credenciais e sem tradição”.<sup>100</sup> As reformas deixariam de ser prioridade enquanto o “caos e a anarquia” perdurassem. A única reforma que o momento exigia era “a reforma da mentalidade, é a reforma de métodos, é a reforma de homens”.<sup>101</sup> Os aspectos políticos careciam de ficar em suspenso diante da crise. A crise exigia uma reforma dos aspectos morais, individuais. “Não se trata nem de discutir ou votar o “impeachment” do presidente da República, pois ele já renunciou voluntariamente, não ocupa mais o cargo de presidente da república, nem DE FATO, nem DE DIREITO”.<sup>102</sup> O jornal enfatiza com letras garrafais a solidariedade das Forças Armadas em caso de golpe do Congresso. A esta altura, a reunião entre governadores dispostos a derrubar Jango do poder presidencial estava em curso final.

Se o congresso restaurar a legalidade no país, AS FORÇAS ARMADAS ESTARÃO INCONDICIONALMENTE AO SEU LADO. Não importa o que se diga. A VERDADE É QUE AS FORÇAS ARMADAS ESPERAM A DECISÃO DO CONGRESSO E HÃO DE CUMPRI-LA SEM UM MINUTO DE HESITAÇÃO.<sup>103</sup>

A *Tribuna da Imprensa*, sempre muito enfática em suas acusações contra Jango, aponta mais uma vez para ilegalidade do presidente. Seguindo a estratégia da representação do presidente e seus aliados baseada em pares de conceitos antitéticos e assimétricos, afirmam que a presença de João Goulart na assembléia da Associação dos Subtenentes e Sargentos era “resposta da desordem e da indisciplina à ordem e à disciplina”.<sup>104</sup> Disciplina, hierarquia e ordem eram reclamadas pelo Clube Militar e pelo Clube Naval como imprescindíveis à manutenção de nossas instituições democráticas. No evento dos marinheiros, os “sediciosos” agiram sozinhos, a sua impunidade lhes foi garantida pelo presidente, que estava na fronteira. “Agora, no Automóvel Clube, os sediciosos e o Sr. João Goulart estiveram juntos e unidos”.<sup>105</sup> O jornal Já havia afirmado a liderança de Jango frente aos “agitadores” e sediciosos em outros momentos anteriores, como recurso retórico, apenas reafirmava.

---

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30 de março de 1964, p. 1.

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30 de março de 1964, p. 1.

<sup>105</sup> Ibid.

O editorial mais famoso neste momento, o *Basta!*, do *Correio da Manhã*, marcou o reposicionamento de um jornal sempre fiel a suas tendências legalistas e constitucionais. Ainda que em suas páginas o jornal tenha sempre se mostrado favorável à conclusão do mandato presidencial, as críticas ao presidente estiveram sempre dispostas na oposição das escolhas presidenciais às normas democráticas. A partir de agora o *Correio da Manhã* pedia às Forças Armadas a intervenção no Executivo. “Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio governo desencadeou com o objetivo de levar avante a sua política continuísta”.<sup>106</sup> A desordem “generalizada” provocada artificialmente, segundo o jornal, ameaçava sufocar as forças vivas do país. Diante deste fato, as Forças Armadas deveriam entrar em cena. Outra vez o jornal admitiria o término do mandato presidencial, contudo, sob as bases morais da moderação, bom senso, sob o caminho político do centro e pela via do Congresso. “É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a constituição”.<sup>107</sup> Mas para isto, “teria de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento e ameaçando de levá-la a guerra civil”.<sup>108</sup> Os Poderes, Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas deveriam “estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles atentados contra o regime”.<sup>109</sup> O Brasil já havia sofrido demasiadamente com o governo atual. “Agora basta!”, publicaria o jornal.

Os acontecimentos com os marinheiros e com os sargentos só vieram para confirmar a ilegalidade de Goulart anunciada desde outubro de 1963. Já não possuía, nos jornais, a bandeira das reformas democráticas, já não era democrata, não era apoiado pelo povo, não tinha o apoio do Congresso. Havia uma conspiração de setores militares para gerar instabilidade e derrubar Jango desde sua posse. A partir de março, a unidade e coesão foram suficientes para a ação golpista. A partir do golpe, no dia 1º de abril, os jornais lançaram-se nas justificativas da “Revolução”. O *Diário de Notícias* resume a experiência com João Goulart no poder.

---

<sup>106</sup> *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, p. 4.

<sup>107</sup> *Ibid.*

<sup>108</sup> *Ibid.*

<sup>109</sup> *Ibid.*

Talvez seja esta e só esta a moral de sua experiência política: lançar a intranquilidade sobre as instituições democráticas e as forças que promovem o desenvolvimento do país, acusando-as, respectivamente de arcaicas e espoliadoras, a fim de erguer a solução do problema social como uma tarefa a ser cumprida, fora dos quadros constitucionais vigentes.<sup>110</sup>

O *Jornal do Brasil* dá ênfase a existência de apenas uma legalidade. Segundo o jornal, desde a intervenção do movimento partido de Minas Gerais, havia se instalado no país a *verdadeira* legalidade: “aquela que através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar”.<sup>111</sup> Esta legalidade caracterizava-se pelos valores “fundamentais da disciplina e a hierarquia militares”.<sup>112</sup> O jornal prossegue afirmando que esta legalidade seria a responsável por “repor o País na situação em que foi entregue ao Sr. João Goulart – quando jurou defender a Constituição, após memoráveis lutas também contra os Ministros militares daquela hora”<sup>113</sup>. A legalidade restabeleceria a ordem e a unidade contra a desordem e o divisionismo implantados pelo presidente em sua “desmedida e criminosa atuação política visando a continuar a qualquer preço no uso do Poder”.<sup>114</sup> Por seus crimes, Goulart mereceu ser deposto.

O *Jornal do Brasil* vai além e age no sentido manter a prerrogativa democrática para os golpistas. “Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o País, de propósitos de desordem e de vontade de ferir a Constituição”.<sup>115</sup> Segundo o jornal, “os réus pretendem transformar-se em acusadores”.<sup>116</sup> João Goulart deixou de merecer a lealdade dos verdadeiros brasileiros ao se dirigir aos sargentos, ali teria perdido o direito de ser chamado do Presidente da República. “Os verdadeiros brasileiros já fizeram a sua escolha. Estão restabelecendo a legalidade democrática, reformista, sim, mas expurgada do objetivo de comunização do Brasil”.<sup>117</sup> O reformismo de João Goulart não passava de comunização disfarçada em reformismo. O que a “Revolução” objetivou, segundo o jornal, foi dar uma “resposta democrática aos problemas e

<sup>110</sup> *Diário de Notícias*, 1º de abril de 1964, p. 4.

<sup>111</sup> *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1964, p. 3.

<sup>112</sup> *Ibid.*

<sup>113</sup> *Ibid.*

<sup>114</sup> *Ibid.*

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> *Ibid.*

<sup>117</sup> *Ibid.*

impasses que a conspiração comunista colocava em termos de atentado à legalidade e à consciência democrática, pacífica e cristã da Nação brasileira”.<sup>118</sup>

A Democracia emerge como um conceito ligado a uma moral racional, pacífica e cristã. Pode-se dizer que a “Revolução” apresenta-se como mantenedora da legalidade frente aos problemas políticos que a conspiração comunista trouxera ao país. Segundo o *Jornal do Brasil*, se a “Revolução” desse a seu comportamento um caráter “desprendido, voltado superiormente para o interesse nacional, [permitiria] aos líderes militares e civis do movimento vitorioso, em perfeita consonância, a constituição urgente de um governo que efetive os ideais da revolução”.<sup>119</sup> A legalidade, bem como a “Revolução” em sua “perfeita consonância”, também seria algo ideal construído dentro de um aporte moral.

*O Globo* afirmará que após o golpe havia ressurgido a democracia e a legalidade. No momento em que João Goulart interferiu nos assuntos militares saiu dos limites da lei. O presidente, segundo o jornal, havia ignorado a hierarquia e desprezado a disciplina, e perdeu, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade. Bem como havia perdido as condições de chefiar a Nação e estar ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, “vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei”.<sup>120</sup> A Nação estaria vivendo dias gloriosos “porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem”.<sup>121</sup> A democracia, a lei e a ordem, passam a ser essenciais em detrimento de questões políticas ou da opinião sobre “problemas isolados”.

A Pátria estava acima das questões políticas, a democracia e a ordem, também. A “Revolução” era reforçada em sua motivação moral. Os rumos que João Goulart estava tomando eram contrários à vocação e tradições brasileiras. A legalidade não poderia ser garantia para a desordem e para a subversão. “Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada”.<sup>122</sup> Nota-se que o conceito de

<sup>118</sup> *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1964, p. 3.

<sup>119</sup> *Jornal do Brasil*, 6 de abril de 1964, p. 3.

<sup>120</sup> *O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 1.

<sup>121</sup> *Ibid.*

<sup>122</sup> *Ibid.*

legalidade perde sua legitimidade frente às iminentes ameaças ao regime e é re-significado. Esta re-significação traria a marca da valorização de aspectos morais em detrimento de aspectos políticos. A legalidade estaria ao lado das tradições cristãs, da moderação, do bom senso, da vocação brasileira. Segundo o jornal, caberia agora ao Congresso dar o remédio constitucional para a crise sem,

Que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.<sup>123</sup>

O jornal segue afirmando que os problemas nacionais terão solução, pois “os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez”.<sup>124</sup> Desta maneira, conclui-se que à intervenção militar no Executivo, deveria seguir-se a tarefa do Congresso de se manterem as garantias constitucionais. Entretanto, novamente frente aos desvios morais dos “comunistas”, a má-fé e a insensatez; e aos desvios políticos da demagogia, a moral se fazia força renovadora. As Forças Armadas agiram em nome dos anseios de *paz, tranqüilidade e progresso*. O movimento, segundo o jornal, não possuiu caráter partidário. Dele participaram os setores conscientes da vida política brasileira. O movimento revolucionário e restaurador da democracia não se realizou contra as reivindicações populares, nem representou reação contra qualquer idéia contrária ao bem do povo e do progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem ouvidos.<sup>125</sup>

Novamente seriam anunciadas a intriga e o engodo como estratégias do inimigo político, os *banidos*. Os grupos conservadores defensores da “Revolução” buscavam legitimar-se enquanto defensores *dos brasileiros* e afastar-se de uma possível oposição aos propósitos populares e nacionais.

*O Globo* manifestava sua confiança no Congresso para a votação rápida das medidas necessárias para dar início a uma nova época no Brasil. O congresso

<sup>123</sup> *O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 1.

<sup>124</sup> *Ibid.*

<sup>125</sup> *Ibid.*

deveria fornecer os meios de “limpar a administração federal e o campo sindical dos elementos comunistas neles infiltrados”.<sup>126</sup> Demonstrava, também, sua confiança na apresentação de um nome militar para ocupar a presidência. O presidente deveria, inclusive, se impor “a todos os campos políticos e ideológicos”<sup>127</sup> para que não surgissem obstáculos à votação das leis necessárias. O momento seria perfeito, segundo o jornal, para que o Congresso demonstrasse a toda a Nação o quão injustas eram as críticas que o presidente e o “peleguismo imoral” lhe submetiam. Não deveria, pois, perder esta chance já que em última análise,

Foi para sua defesa, para a defesa do que ele representa, como expressão do regime democrático que as Forças Armadas se puseram em marcha, o povo enfrentou a violência e toda Nação viveu um período de sofrimento e angústia.<sup>128</sup>

O jornal exigia um governo imediato e definitivo, democrático e apartidário. Defendendo o liberalismo econômico, afirma que a revolução deve ser “espontânea, caracterizada pela autoridade, moralidade a eficiência e a isenção partidária”.<sup>129</sup> Criticando o que chamou de “politicagem profissional”, que visava às eleições de 1965, alertava para a urgência de medidas que evitassem o caos e o desmoronamento de “tudo”.

No estado da Guanabara e em São Paulo eram denunciadas medidas restritivas e crimes contra as liberdades. Os governadores destes dois estados eram os mais “fervorosos” opositores de Goulart e seguidas vezes haviam manifestado sua predileção por medidas autoritárias com objetivo de atingir seus fins políticos. Na Guanabara, residências e sedes de jornais foram invadidas e exemplares foram queimados em praça pública<sup>130</sup>. A “Revolução” começava a ganhar contornos autoritários e executores de um expurgo pautado pelo julgamento moral.

Para a realização por completo dos ideais revolucionários, os militares enviaram no dia 9 de abril ao Congresso um Ato Institucional contendo medidas que julgavam imprescindíveis para o desmantelamento da comunização, medidas estas que seriam mais importantes que a eleição de um novo Presidente da

<sup>126</sup> *O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 1.

<sup>127</sup> *Ibid.*

<sup>128</sup> *O Globo*, 3 de abril de 1964, P. 1.

<sup>129</sup> *O Globo*, 7 de abril de 1964, p. 1.

<sup>130</sup> *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1964, p. 1.

República. Segundo o conteúdo do documento, estariam suspensas as garantias constitucionais, a possibilidade de cassação de mandatos, e sua auto-legitimação enquanto Poder Constituinte.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.<sup>131</sup>

O *Correio da Manhã* alertava para a deturpação dos ideais revolucionários. A eleição do novo Presidente estava adiada a pedido dos militares. Ainda assim o jornal afirma que “assim que o Congresso eleger um presidente que represente tanto o poder armado, quanto o político, os excessos serão certamente coibidos e o povo, que começa a afastar-se da revolução tornará a ela”.<sup>132</sup> O consenso e a unidade entre poder político e poder militar seriam a solução para os excessos e para os desvios da “Revolução”. Para os militares, a crise impunha uma decisão sobre o que seria mais importante: eleições ou a segurança. Sobre isso, comenta o *Correio da Manhã*:

Os chefes militares, que se sentem fiadores perante o povo do cumprimento dos objetivos que os mobilizaram e os levaram à luta, preocuparam-se em indicar imediatamente um de seus representantes para disputar a suprema magistratura do país, através de eleição pelo Congresso. Tropeçaram e se detiveram porém, ante um obstáculo: a idéia de que a normalização da vida institucional democrática iria dificultar a prática de sua missão de expurgar a maquina estatal dos elementos antidemocráticos que ali se encontram enquistados.<sup>133</sup>

O *Correio da Manhã* afirma sua crença na possibilidade da democracia brasileira oferecer a um governo instrumentos capazes de “restabelecer plenamente a ordem, a disciplina e a hierarquia e para repor a nação em seu caminho democrático”.<sup>134</sup> O jornal menciona que “encontra-se em vigor a lei de segurança do Estado (...) sancionada precisamente com o fim de punir e reduzir à

<sup>131</sup> Ato Institucional (conhecido como AI-1). In: : FICO, C. Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004 p.339-342. Segundo Elio Gaspari, diversas propostas de demolição das franquias constitucionais foram apresentadas ao general Costa e Silva e ao “comando da revolução” até a redação do documento final. Este, redigido pelo jurista Francisco Campos, invocava a tese da legalidade revolucionária, “articulando o argumento da subversão jacobina que o quartel-general buscava fazer vários dias”. GASPARI, E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras p 124.

<sup>132</sup> *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1964, p. 1.

<sup>133</sup> *Correio da Manhã*, 9 de abril de 1964, p. 1.

<sup>134</sup> *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1964, p. 1.

impotência os culpados de crimes contra as nossas instituições”.<sup>135</sup> Ao jornal tornava-se, portanto, evidente que o problema da eleição adquiria relevância maior que o da segurança. Contudo, frente à apresentação de diversos nomes militares para a presidência, o *Correio da Manhã* se reencontrará com a concepção de uma democracia pautada por aspectos morais e ideais, afastados de aspectos políticos conflituosos, que caminha ao encontro do Ato Institucional dos militares por conceber o conflito enquanto um empecilho as soluções da crise. Fazia-se necessário um presidente que fosse a “expressão da unidade, e não da divisão”. A partir da proliferação de candidaturas, a “unidade e a consagração”, estariam ameaçadas segundo o jornal. Apesar de sua constante luta contra os abusos da “Revolução”, contra implantação de uma ditadura no país que restringisse as liberdades constitucionais, o *Correio da Manhã*, e os outros jornais aqui analisados, posicionaram-se dentro de uma concepção democrática que privilegiou aspectos morais em detrimento dos aspectos políticos.

A despeito de construírem uma unidade e formarem um consenso sobre a salvaguarda do regime político, no momento em que a crise atingiu seu ápice e medidas políticas foram cobradas, a moralidade novamente prevaleceu sobre a política. Os jornais selecionados, em uníssono, defendiam a manutenção da *ordem* e do regime democrático representativo. Em suas páginas, *ordem* significava um cenário político *pacífico* e *tranquilo*, marcado pelo *bom senso* e pela moderação, no qual as decisões políticas cabiam exclusivamente aos representantes legítimos do povo. O aspecto político desta democracia estaria reduzido à moral individual e ao voluntarismo<sup>136</sup> salvacionista dos “bons políticos”. A “Revolução”, que seria responsável pela “operação limpeza” na democracia brasileira valorizou ao

<sup>135</sup> *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1964, p. 1.

<sup>136</sup> Bolívar Lamounier ao comentar sobre o *elitismo altruísta* e o *voluntarismo golpista* no pensamento autoritário, que se funda na década de 1930 e procura dar legitimidade ao Estado enquanto tutor da sociedade, estabelece que a mudança política e social neste pensamento correspondia aos desígnios da elite. Se todos almejam um bem supremo, a elite o almeja no mais alto grau. Considero que no idioma político estudado a mudança política estaria também relacionada ao prévio diálogo racional e moderado entre os possuidores de bom senso e no seu posterior ato de vontade. Assim como no pensamento autoritário analisado por Bolívar Lamounier, esta mudança deveria resultar de um consenso *inter pares*. O Golpe Militar foi dado com base no voluntarismo salvacionista dos democratas e no consenso entre os conservadores e militares sobre a defesa da hierarquia e disciplina e do regime democrático. LAMOUNIER, B. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Difel, 1978, Tomo III, Vol. 2, p. 370.

extremo a pretensa decência e idoneidade dos indivíduos nela envolvidos<sup>137</sup> e deixou de lado as liberdades públicas e políticas. Como a “massa” de eleitores não era capaz de afastar os “maus” políticos da vida pública através do mecanismo democrático do voto, a política revelava sua ineficácia frente a este problema. Buscaram combater a corrupção – *da* democracia e *na* democracia – com a cobrança de mais honestidade, já que dentro deste arranjo a democracia não alcançava extirpar a “baixa política”. Os militares, tão logo chegaram ao poder com o marechal Castello Branco, caçaram todos os civis – por eles julgados – considerados incapazes de gerir a coisa pública.

O Presidente, que também era acusado de incapacidade por não se posicionar de acordo com o caminho exigido pela “realidade nacional” – e também exigido pelos jornais – se tornava ilegal ao apoiar-se em grupos políticos que não pertenceriam ao mundo político vislumbrado pelos jornais. O não pertencimento destes grupos ao universo político no qual seria possível algum consenso estaria vinculado tanto a sua ilegalidade jurídica frente ao processo político, ou a sua natureza corrupta, irracional e passional. Além da ilegalidade jurídica do Partido Comunista, dentro do idioma político dos jornais, houve a espoliação de categorias tidas como necessárias ao jogo político. A *moderação*, o *bom senso*, o espírito cristão e *pacífico*, todas as virtudes do povo brasileiro consideradas necessárias para a eficácia política e para um “consenso valorativo”, não pertenceriam aos “comunistas” e agitadores segundo os jornais. A falta destes princípios, entre outros aspectos, tornava-os inaptos para a política.

Esta maneira de encaminhar o discurso político e manipular as virtudes morais, mitos e tradições políticas, à sua maneira, contribuiu para inibir a crescente politização da sociedade brasileira e limitar as decisões na democracia às elites políticas. As Forças Armadas, que eram consideradas pelos jornais como os pilares do regime, eram exaltadas como exemplo de conduta moral e legalista e fiadores da ordem democrática. Enquanto corporação representada como responsável pela ordem e pela manutenção do regime, ao terem, segundo os jornais, sua hierarquia e disciplina quebradas por atitudes ilegais do Presidente, unificam-se aos grupos civis e políticos conservadores e intervêm no Executivo.

---

<sup>137</sup> STARLING, H. Ditadura Militar. In: STARLING, H., BIGNOTTO, N., AVRITZER, L., GUIMARÃES, J. (Orgs.). *Corrupção. Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 253.

Por compreender a política enquanto uma instância corruptível, os jornais acabaram por sugerir que a *boa* ação no campo da política necessitaria das virtudes morais e do *bom senso*. Havia uma distinção entre a “baixa política” e uma política praticada com *desinteresse* e *franqueza*. Desta forma, os grupos de esquerda, que desejavam uma ação política mais efetiva e uma ampliação da democracia representativa, por não possuírem tais valores e princípios, estariam contribuindo apenas para a desordem e para a agitação. A ação política convertia-se em vício que corrompia a democracia, enquanto a representação legítima através do Congresso era compreendida como virtude. A política também teria, assim, devido a sua ineficácia em relação à solução das desigualdades, caráter subalterno à economia. Diante das demandas pelo aumento das possibilidades de representação e por uma maior participação na política de analfabetos, militares de baixa patente, por exemplo, os jornais buscaram meios de conter tais demandas através de seus atos de fala.

Esta maneira de compreender a política, que é encontrada nas páginas dos jornais se coaduna com o desfecho da intervenção militar. Após o golpe e a vacância do posto presidencial declarada, seria necessária a escolha de um novo presidente para encaminhar o processo político até sua normalidade. A normalidade política significava o restabelecimento da legalidade e da autoridade, e a realização das eleições presidenciais sem a presença dos *comunistas* e dos *corruptos*. À medida que soluções políticas eram exigidas; a eleição de um novo presidente; a votação das reformas reivindicadas por todos os grupos políticos; a manutenção das liberdades democráticas; os aspectos e princípios morais orientaram as ações dos revolucionários. Acreditava-se que após a “Revolução” a normalidade política seria restabelecida pelos militares revolucionários e os políticos “democratas” seriam novamente empossados em seus cargos. Enganaram-se.